

**ARTIGOS DE TEMAS LIVRES / *FREE THEMATIC*
ARTICLES**

Implicações Sociais da Política de Desenvolvimento da Esperança e do PIBismo: o BRIC e a China

NGAI-LING SUM⁹¹

Resumo: O artigo analisa o Brasil e a China no desenvolvimento dos discursos transnacionais sobre as economias dos países que compõem o BRIC. O texto faz uma avaliação crítica deste desenvolvimento em três partes. A primeira parte do artigo estuda como os atores transnacionais introduziram o BRIC como um imaginário econômico e desenvolveram esse discurso. A segunda seção examina a base material para a ressonância desse discurso, isto é, as forças que o sustentam e o acompanham, a partir das taxas excepcionais de crescimento das economias do BRIC. Nesta seção introduz-se a ideia de “PIBismo” para capturar a natureza ideológica dessa política de desenvolvimento na China. A terceira parte do texto aborda o regime de Bem-Estar Ricardiano (Workfariano), baseado em ativos; e destaca suas vulnerabilidades ao compor um ciclo vicioso de apropriação de terras, inflação e instabilidade social. Por fim o artigo convida os leitores a refletir sobre a experiência social e política brasileira, especialmente sobre o papel da política social e, em particular, da assistência social, à luz da política de desenvolvimento da China.

Palavras-Chave: políticas sociais; desenvolvimento; BRIC

Abstract: This paper analyses Brazil and China in the development of transnational discourses about the economies of the countries that compose the BRIC. The text makes a critical evaluation of this development in three parts. The first part of the article examines how transnational actors introduced the BRIC as an economic imaginary and developed this discourse. The second section examines the material base for the resonance of this discourse, i.e., the strengths underpinning and following from the exceptional growth rates of the BRIC economies. In this section, I introduce the idea of ‘GDPism’ to capture the ideological nature of this politics of development in China. The third part of the text approaches the Ricardian workfare regime asset-based, and highlights its vulnerability while composing a vicious cycle of land appropriation, property inflation and social unrest. Finally, the article invites readers to reflect on Brazil’s own social and political experience, especially the role of social policy and, in particular, social work, in the light of the China’s politics of development.

Keywords: social policies; development; BRIC

Introdução

Este artigo primeiramente situa o Brasil e a China no desenvolvimento dos discursos transnacionais sobre as economias dos países que compõem o BRIC⁹². Esses discursos

⁹¹ Departamento de Política, Filosofia e Religião, Universidade de Lancaster, Reino Unido.

⁹² Sigla formada com a primeira letra dos quatro países, tidos como economicamente emergentes, que a compõem: Brasil, Rússia, Índia e China. Recentemente, foi incluída na sigla a letra S, referente à África do Sul.

construíram o BRIC como um objeto de “esperança”, especialmente após a crise financeira de 2007. Nesse contexto, a China é narrada como sendo o “grande BRIC”, com altas taxas de crescimento do PIB, robustas reservas internacionais e um vasto mercado interno consumidor. Essa narrativa permeia a política dominante e a mídia frequentemente a apresenta acriticamente. As observações seguintes oferecem uma avaliação crítica deste desenvolvimento em três passos. O primeiro examina como os atores transnacionais introduziram o BRIC como um imaginário econômico e desenvolveram esse discurso em três partes sucessivas e parcialmente sobrepostas. O segundo examina a base material para a ressonância desse discurso, isto é, as forças que o sustentam e o acompanham, a partir das taxas excepcionais de crescimento das economias do BRIC, especialmente à luz da recessão intensa no Ocidente. Em relação a isso, argumento que, na China, o PIB não é somente uma meta política oficial, mas também serve como um limite de segurança e adquire, até mesmo, força ideológica. Portanto, introduzo a ideia do “PIBismo” para capturar a natureza ideológica dessa política de desenvolvimento. Afirmo que o impulso para promover o PIB sempre crescente, como um projeto nacional, é apoiado por um Regime Ricardiano Pró-Trabalho (*Workfare*) que corresponde à estratégia de crescimento baseada em fatores de produção - no caso chinês, com produção de baixo custo voltada especificamente para o mercado de exportação. A forma de política social correspondente é a de um bem-estar de pró-concorrência (competitividade), e baseada em ativos, que dá apoio à estratégia de desenvolvimento chinesa orientada para exportação. O terceiro passo no argumento oferece mais detalhes sobre esse Regime de Bem-Estar Ricardiano (*Workfariano*), baseado em ativos; e destaca suas vulnerabilidades ao compor um ciclo vicioso de apropriação de terras, inflação e instabilidade social. Em resposta à crescente agitação social, o governo chinês vem promovendo uma política de “gestão social” que busca manter a estabilidade por meio de um misto de orientação diretiva e controle. A quarta e última parte deste artigo convida os leitores a refletir sobre a experiência social e política brasileira, especialmente sobre o papel da política social e, em particular, da assistência social, à luz da política de desenvolvimento da China.

“BRIC” como um Imaginário Econômico Transnacional: Um Conto em Três Partes

O discurso em evolução sobre o “BRIC” se constrói de várias maneiras sobre a ideia de “mercados emergentes”. As economias do BRIC são apresentadas como sendo um subgrupo dos “mercados emergentes maiores”. O quarteto de países que o compõem foi inicialmente identificado por Goldman Sachs, um grande banco de investimento, em resposta à destruição das torres gêmeas do World Trade Center, em Nova York, em 11 de setembro de 2001; e também em resposta aos receios de que aquele ato pudesse enfraquecer as dinâmicas de crescimento das economias capitalistas avançadas. De forma específica, o quarteto do BRIC foi narrado como sendo um alvo coletivo atraente, que era suscetível de gerar grandes retornos sobre investimentos diretos e de carteira. Nesse sentido, a história do BRIC foi mais de esperança do que de medo. Essa história se desenvolveu em três partes, com a segunda e terceira construídas de forma imaginativa e transcendendo a primeira narrativa.

Parte Um: O Conto do Investidor (de 2001 até os dias de hoje)

Ao contrário das origens difusas da maioria dos objetos discursivos, as origens e autoria da narrativa do BRIC podem ser datadas e atribuídas com um grande grau de precisão. Influenciado pelas intermináveis repetições do vídeo que mostra a queda das torres gêmeas, a segurança (e seguranças) subsequente(s) à crise do 11 de setembro, e à entrada da China, em 2001, como membro da Organização Mundial do Comércio, Jim O’Neill, o então Economista-Chefe do *Goldman Sachs*, interpretou esse evento traumático como sendo

significativo no sentido de que maiores progressos na globalização não poderiam mais depender da liderança dos Estados Unidos; e, desta forma, dever-se-ia olhar para além do hemisfério norte ocidental, ou, mais precisamente, para além do mundo econômico e político do Atlântico Norte (Tett, 2010).

Isso reforçou o *meme* (replicação) recorrente da aproximação do fim do domínio Americano e a iminente ascensão global da China (e de outros mercados emergentes); e fez com que o grupo do *Goldman* identificasse alguns “outros não-ocidentais” úteis com grande potencial de crescimento. Em 30 de novembro de 2001, esses “outros” foram batizados como “BRICs” no Relatório Econômico Global (*Global Economic Paper*) da *Goldman Sachs*, número 66, cujo título foi *Building Better Global Economic Brics* (em tradução livre: *Construindo uma Melhor Economia Global dos BRICs*)

Baseado no modelo matematizado sobre tendências demográficas e taxas de produtividade, o referido Relatório previu que a taxa de crescimento combinada iria variar de 9 a 14 por cento em 2010. Esse novo corpo de conhecimento identificou e construiu o BRIC como um grupo complementar de economias que está “configurado para crescer novamente mais do que o G7” (2001: S.03). Nesse grupo, enquanto a China e a Índia cresceriam mais rapidamente do que os seus pares, e se tornariam os supridores globais dominantes de produtos manufaturados e serviços, o Brasil e a Rússia adquiririam domínio dos suprimentos de produtos agrícolas, matérias-primas e energia. *Goldman Sachs*, outros gestores de fundos e grupos financeiros que entraram na onda do BRIC, usaram estas previsões para fazer seus “discursos de vendas”. Isso facilitou a circulação do discurso do BRIC como um novo “sonho” para aqueles com horizontes globais de investimento.

Os executivos empresariais, banqueiros de investimento, gestores de fundos e outros atores se juntaram a esse círculo de narrativa de contos, transmitindo o imaginário do BRIC como um desejável objeto de investimento e de ações estratégicas. Após 2003, os economistas do *Goldman* entraram em um mundo agitado, o qual O’Neill descreveu como “*briclifé*” (“vida do BRIC, em tradução livre) (Ver Tett, 2010). Suas atividades diárias ficaram atoladas com pedidos de informações de seus clientes (ex.: *Vodafone*, *BHP Billiton*, *IKEA* e *Nissan*) e muitos deles adotaram a narrativa dominante em seus planejamentos estratégicos. A equipe da *Goldman* manteve seu espaço e ritmo vivos por meio da produção de novos produtos de conhecimento, sob a forma de relatórios adicionais, novas previsões, livros, vídeos e *web* turismo (em diferentes línguas) para inspirar e alimentar a esperança. Os maiores bancos internacionais, como o HSBC e outros bancos de investimento/fundos *hedge* (hipotecários) foram agrupando ações/ títulos e inventando novos instrumentos e fundos financeiros e comercializáveis sob a marca BRIC, incluindo o surgimento dos *4-Year MYR HSBC BRIC Markets Structured Investment*; *Templeton BRIC Fund* (Singapura), e *iShares MSCI BRIC Index Fund*. As energizadas equipes de venda e outros intermediários comercializaram esses produtos de investimento para futuros apostadores, alcançando-os por meio de propagandas, brochuras de luxo, jornalismo financeiro, telefonemas, reuniões individuais, etc. Essas práticas de investimento normalizam o BRIC como uma classe desejável de ativos.

Parte Dois: O Conto do Consumidor (de 2004 até o presente)

A história do BRIC adquiriu um enredo secundário de consumo na metade dos primeiros dez anos do século atual. Isso foi iniciado pela equipe do *Goldman* que publicou um relatório, em 2004, com o nome *The BRICs and Global Markets: Crude, Cars and Capital in 2004* (Os BRICs e os Mercados Globais: Petróleo, Carros e Capital, em tradução livre). Ele

identificou o potencial de consumo crescente das “classes-médias emergentes” das economias dos BRICs, especialmente em termos de demanda por mercadorias, por bens de consumo durável e por serviços mercadorizados. Esse sonho do “BRIC” foi ecoado por estrategistas econômicos. Por exemplo, Clyde Prestowitz, um ex-membro da Administração Reagan, o transmitiu para uma ampla audiência política e empresarial por meio de seu livro *Three Billion New Capitalists* (Três Novos Bilhões de Capitalistas, em tradução livre), o qual vaticinava que, até o ano de 2020, “...o crescimento anual em gastos de dólares feito pelos BRICs será duas vezes maior do que o do G – 6” (2005: 227). Essa história dos *BRICs-como-consumidores* ganhou mais peso à medida que a crise financeira se tornou mais visível com o colapso do mercado *sub-prime* nos Estados Unidos, em 2007. A ampla e profunda propagação dos efeitos de contágio levou as comunidades políticas a buscarem novos sinais de “esperança” e objetos de recuperação. Entre muitos de tais objetos (ex.: *Green New Deal*), a pré-existente história dos BRICs foi retrabalhada para incluir uma dimensão de consumo. Esta segunda parte no imaginário dos BRICs atribuiu um novo “papel de locomotiva” para os BRICs com o argumento de que as suas demandas orientadas para o consumo iriam adiar a recessão mundial e ofereceriam possibilidades de recuperação a essas economias avançadas em recessão. Esta narrativa foi entusiasticamente divulgada por economistas (empresariais), pela mídia (ex: *Bloomberg*, *Newsweek*, *Wall Street Journal*, and *CNN*), e por organizações internacionais (ex: FMI).

Parte Três: O Conto do Credor (do final de 2008 em diante)

Desde os últimos meses de 2008, um novo enredo secundário foi adicionado às narrativas dos BRICs. Como a busca por “esperança” ou objetos de recuperação foi reforçada pela crise nos países desenvolvidos, a atenção voltou-se fortemente para a importância do quarteto BRIC. Legisladores, organizações internacionais, grupos de reflexão, analistas políticos estrangeiros, etc., entraram no afetivo espaço ecológico do imaginário dos BRICs. Documentos políticos e reportagens da mídia eram recheados da retórica política estrangeira que se referia aos BRICs, implantando termos como “o poder crescente dos BRICs”, “o surgimento de uma ordem mundial multipolar” e “o mundo pós-norte americano”. Estes novos imaginários geopolíticos adquiriram mais credibilidade quando a Rússia sediou, em junho de 2009, o primeiro Encontro dos Líderes dos BRICs, em Yekaterinburg. Esta nova camada do imaginário dos BRICs foi realçada por encontros subsequentes ocorridos no Brasil, China e Índia, em abril de 2010, abril de 2011⁹³ e março de 2012. Esses encontros operaram (parcialmente) como arenas para os líderes dos BRICs desempenharem e projetarem suas capacidades como um bloco e também para discutirem suas futuras cooperações no comércio, investimento e finanças (apesar de suas diferenças e competições).

Encontros dos BRICs à parte, o FMI e o G-20 se tornaram lugares importantes nos quais a atenção se voltou para as potenciais capacidades de recuperação dos BRICs como credores. Por exemplo, no encontro do G-20 realizado em Londres, em abril de 2009, o então Primeiro Ministro britânico Gordon Brown, que estava coordenando um pacote de resgate do FMI para a economia global, pediu o apoio de países ricos em reservas financeiras, como a China. Em resposta às demandas para diminuir o papel das reservas internacionais de dólar, um novo mecanismo de empréstimo foi proposto com base em uma alocação aumentada de SDRs (*Special Drawing Rights*), que totalizou 250 bilhões de dólares. Para essa finalidade, a China se comprometeu com 50 bilhões de dólares, enquanto Rússia, Brasil e Índia se comprometeram, cada um, com 10 bilhões de dólares. Como a crise financeira se

⁹³ A África do Sul foi incluída como quinto membro dos BRICs no Encontro de 2011 na China.

aprofundava na Eurozona, em 2010, o FMI renovou seu pedido, em março de 2012, para criar um bloqueio contra o “contágio do sul”. Propôs um fundo de resgate do euro de 430 bilhões de dólares. Correndo o risco de críticas internas ao empréstimo a países com PIBs maiores, a China concordou em contribuir com 43 bilhões de dólares, enquanto Rússia, Brasil e China com 10 bilhões de dólares cada um, no mês de junho. Esse empréstimo foi justificado como uma proteção de suas próprias economias contra os contágios e também para ganhar mais poder na estrutura de governança do FMI (ex.: mais direitos de votos, participação como membro da diretoria executiva, inclusão do yuan chinês na composição do SDR, etc.). Esses novos mecanismos de empréstimo (re)afirmaram simbolicamente o crescimento econômico e a capacidade do quarteto dos BRICs via: (a) reconhecimento das economias desenvolvidas de que eles fazem parte da solução de gerenciamento da crise pela subscrição dos títulos SDR e dos fundos de resgate; (b) poder de barganha no sentido de forçar mudanças na estrutura de governança do FMI; e (c) demandas específicas para um aumento de 5 para 7 por cento nos direitos de voto no FMI.

Política de Desenvolvimento do PIBismo na China: Bem-Estar Ricardiano Pró-Trabalho (*Workfare*) e Pró-Competição

Essas três partes na elaboração e reelaboração da narrativa dos BRICs como um objeto de “esperança” e “força”, são atribuídos principalmente aos seus excepcionais crescimentos das taxas do PIB, especialmente quando comparados ao G-3 (Estados Unidos, Alemanha e Japão) (ver gráfico 1). Essa ênfase no PIB é excessiva, tanto nacional quanto transnacionalmente. No caso da China, o PIB envolve muito mais do que taxas de crescimento. É uma meta política que foi estabelecida em 8% (mudada para 7,5% em 2011) e que é protegida para evitar o desemprego. O mantra de que uma taxa de crescimento de 8% produziria 10 milhões de empregos seria crucial para a estabilidade política e legitimidade do sistema de partido único. Nesse sentido, a taxa de crescimento do PIB é uma política de limite de segurança e funciona até mesmo como um elemento-chave na ideologia e no nacionalismo oficiais chineses de maneira geral. Para capturar o seu aspecto ideológico, este artigo sugere a ideia do “PIBismo” como um corpo sistemático de ideias que prioriza as taxas de crescimento, os investimentos doméstico/estrangeiro diretos, exportações e competitividade favorável para alcançar o desenvolvimento.

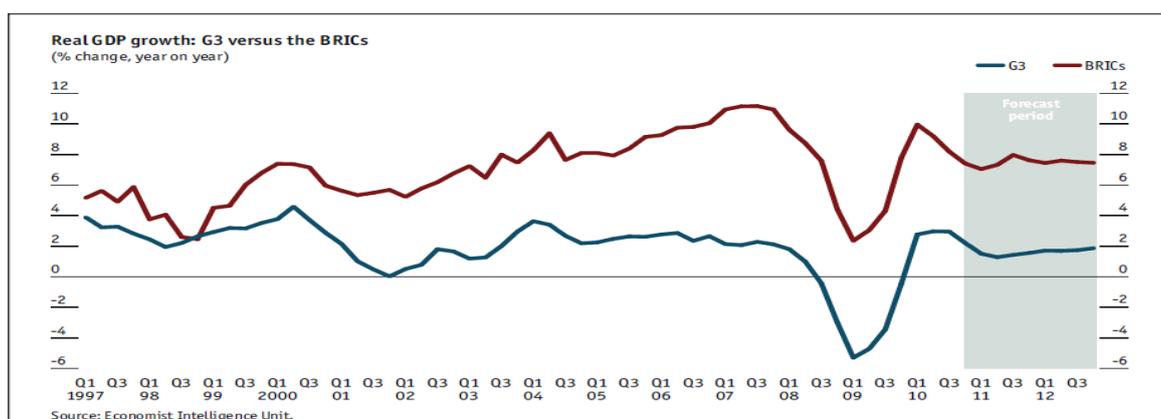


Gráfico 1 - Comparação de altas taxas de crescimento nos BRICs e no G-3 entre 1997 e 2012

Esse modo de crescimento é apoiado principalmente pelo Regime de Bem-Estar Ricardiano Pró-Trabalho que foca no estímulo à competitividade (Jessop e Sum, 2006: 168-71). A noção ricardiana de vantagem comparativa destaca a importância de explorar o fator de produção mais abundante para facilitar o crescimento; e este pode ser a terra, o trabalho, recursos naturais, o capital, ou, talvez, o conhecimento. No caso da China, com a maior força de trabalho do planeta, o crescimento foi baseado na produção de baixo custo e direcionado para a exportação, com a ambição de se tornar a “fábrica do mundo”. As principais forças sociais deste regime econômico e político desenvolveram um compromisso de bem-estar em Troca de Trabalho (workfariano) em relação à reprodução econômica e social. Isto promoveu um mercado de trabalho flexível, via, designadamente, o uso do trabalho de migrantes, dormitórios baratos e trabalhos domésticos; e também subordinou a política social e o oferecimento de bem-estar aos imperativos de uma produção flexível e de baixo custo orientado para os mutáveis mercados de exportação. Junto com esses elementos ricardianos, podemos também observar alguns elementos schumpeterianos. Esses elementos estão interessados em promover o crescimento direcionado para a inovação baseado em grupos *high-tech*, desenvolvimento de economia baseada no conhecimento e até mesmo em crescimento verde patrocinado pelo Estado. No estágio presente, com a busca pelo desenvolvimento concebido como a força-motora principal por trás do crescimento, os elementos ricardianos são mais importantes do que os schumpeterianos.

Isso pode ser visto nos baixos níveis de direitos ao bem-estar e de serviços sociais para os trabalhadores migrantes. Uma razão para esse fato é que o oferecimento de bem-estar está relacionado ao local de residência das pessoas. Quando os trabalhadores migrantes se mudam para longe de suas vilas natais, eles perdem seu “*hukou*” (conta de registro domiciliar). Esse termo se refere às titularidades sob o sistema “*hukou*”, que registra o domicílio oficial das pessoas como o local onde eles terão a prerrogativa para reivindicar seus direitos de cidadania sociais, tais como assistência médica, educação infantil gratuita e pensão. Nesse sentido, os trabalhadores migrantes não têm direitos ao “*hukou*” ou conta nas áreas urbana e, portanto, possuem pouco acesso ao bem-estar, a menos que retornem para suas vilas de origem. Existe alguma discussão para mudar este sistema, mas o seu progresso é cumulativo e há resistência por parte do governo local, que tem que pagar os benefícios. Pelo o fato de o acesso aos benefícios de bem-estar estarem baseados em um sistema de pontos, as mudanças realizadas até agora tendem a beneficiar os trabalhadores permanentes e mais instruídos.

Os moradores urbanos também estão experimentando uma reestruturação no acesso e usufruto ao bem-estar. No caso deles, tal reestruturação tomou a forma de mudança de um “emprego vitalício” e Estado de Bem-Estar (a “tigela de arroz de ferro”), que existia no regime de Mao Tsé-Tung, para um regime caracterizado por cortes de benefícios nas áreas de segurança social, habitação, saúde pública e educação, desde 1978 (Wong and Flynn, 2001). A provisão de bem-estar está tomando uma forma de pró-competição baseada em uma mistura (concertação) variável de Estado, mercado, família e terceiro setor (ONGs). A direção total está voltada para o modelo privatizado (ver Tabela 3). De acordo com Duckett e Carrillo (2011), as consequências sociais dessa mistura variável de bem-estar e suas fontes, são as de que as responsabilidades crescentes estão sendo postas sobre as famílias para apoiar a educação e os cuidados com os idosos. Ao olharmos para dentro e para além da família, percebemos que as pessoas geraram cuidados informais e redes sociais que se tornaram de segurança de última instância. Existe um ditado popular na China sobre as “três grandes montanhas” do trabalhador comum, e eles são os altos custos de moradia, a educação e a assistência médica.

Tabela 3 - Políticas Sociais na China desde os anos 90

Política Social	Natureza
Habitação	Habitação social vendida a preço baixo
	Incentivo aos mercados imobiliários (e aquisição de casa própria e bem-estar baseado em ativos)
Educação	Nove anos de educação gratuita (aumentando as taxas de cobrança por livros e equipamentos)
	Escola particular
	Universidades (introduzindo taxas de mensalidades)
Assistência Médica	Provimento pelo Estado, mas com financiamento em declínio
	Hospital cada vez mais dependente de taxas de cobrança por testes e vendas de remédios
	Esquemas de planos de saúde
Seguridade Social e Aposentadoria	Manutenção de renda baseado em testes de meio (comprovação de pobreza)
	Seguro-desemprego contributivo
	Seguro aos Idosos contributivo

Bem-Estar baseado em Ativos, Bolhas Imobiliárias e Instabilidade / Gestão Social

Nesse ambiente de bem-estar privatizado, as classes-médias aspirantes estão aprendendo a participar do que é chamado de bem-estar baseado em ativos. As pessoas aceitam mais responsabilidade por suas próprias condições de bem-estar, investindo em imóveis e produtos financeiros, na expectativa de que esses valores de capital e/ou rendimentos continuem a subir. Na China, este bem-estar baseado em ativos é reforçado por ligações culturais na forma de aquisição de casa própria, casamento e propriedade. As famílias podem “viver felizes para sempre” com a segurança da propriedade. De acordo com levantamento do Ministério de Assuntos Cíveis chinês, realizado em 2012, setenta por cento das mulheres pesquisadas “exigem que o homem tenha sua própria casa antes do casamento”, e querem “a possibilidade de adicionar seu nome ao título da propriedade”. Isso também é reforçado pelo ditado popular “sem casa, sem carro, sem esposa” entre as mulheres em idade de casar. Essa compreensão de bem-estar baseado em ativos é apoiada por Estados locais, especialmente quando o domicílio está relacionado ao nacionalismo. A ideia de “domicílio patriótico” acrescenta uma dimensão nacionalista à casa própria.

A expansão do bem-estar baseado em ativos contribuiu para a bolha / *boom* imobiliário na China da metade do início deste século em diante. Com o surgimento da crise financeira e da recessão de 2007, nas economias avançadas, a China está sofrendo problemas de exportação e desemprego. Com o objetivo de manter o crescimento do PIB em “8 por cento” – taxa que, teoricamente, constitui o mínimo exigido para criar empregos suficientes para manter a estabilidade social – o governo central estimulou sua economia por meio de um pacote de 4 trilhões de yuans (equivalente a 586 bilhões de dólares). Esse pacote inclui apoio aos dez maiores setores industriais (aço, indústria naval, eletrônica, petroquímica, etc.)

e construção de projetos de infraestrutura (ex: trens de alta velocidade, redes elétricas), etc. O pacote também tem alimentado ainda mais a bolha imobiliária pelos motivos seguintes.

O pacote de estímulo tem agravado algumas das pré-existentis relações fiscais centro-local na China. Baseado em práticas adotadas desde o fim dos anos 1990, o governo central financiou este pacote em cerca de um-terço; os restantes dois-terços têm que vir dos governos locais municipais, ministérios governamentais e empresas estatais. Os governos locais municipais financiam suas parcelas desse fundo combinado por meio de um *mix* de títulos do governo emitidos pelo governo central (ou com sua aprovação), títulos empresariais, papéis de médio-prazo e empréstimos bancários. No entanto, como o mercado de títulos chinês ainda está se desenvolvendo, os governos locais também buscam gerar rendimentos por meio da comercialização da terra. Assim, eles adquirem e cultivam terra, e vendem os seus direitos de uso, cobram taxas, obtêm empréstimos usando a terra como garantia, e, quando há lucro, adquirem ainda mais terra.

Por meio dessas medidas, os governos locais podem oportunizar a “transferência de renda de terras” por meio de leilões, licenças de direitos sobre a terra, taxas de transferência de terras, empréstimos hipotecários como garantia, etc. Esse uso da terra (e os direitos desse uso), para gerar renda e empréstimos, significa que os governos locais, promotores imobiliários e bancos estatais têm fortes interesses em promover o desenvolvimento ativo das terras e manter alto os preços dos imóveis. Essa expansão baseada em terras é reforçada por atitudes socioeconômicas emergentes ancoradas na crença de que a propriedade é uma fonte de bem-estar baseada em ativos. Todos esses cálculos, baseados em propriedades e terras públicas e privadas, têm intensificado a inflação dos imóveis e a “bolha imobiliária” desde 2007.



Gráfico 2 - Bolha Imobiliária da China 2003-2011

O aumento inflacionário dos imóveis, e a queda dos preços mais acessíveis das propriedades, tem politizado a questão da habitação. Os líderes do governo central introduziram, em 2010, medidas regulatórias para aliviar o mercado (ex.: distensão de crédito; aumento de depósitos em 50%, para a aquisição de novas terras; restrição de aquisição de uma segunda ou terceira casa, etc.). No entanto, essas medidas de estabilização têm tido efeitos apenas moderados; os preços das propriedades continuam a subir com um impacto desigual sobre as economias políticas locais. De modo específico, esse modo de acumulação baseado em terras gera taxas de crescimento de 8 por cento (ou mais) para o governo central, empregos, regalias e promoções para servidores do governo locais; rendas, projetos e estatísticas de crescimento para ministérios e governos locais; lucro/ investimento para

bancos estatais e promotores imobiliários estatais/ particulares; e, é claro, benefícios aos proprietários (Sum 2011). Essas vantagens, altamente visíveis para as elites centrais e locais, não são combinadas com benefícios em outros setores na economia e na população – e isto também é evidente para aqueles que sofrem prejuízo. De fato, o aumento dos preços das propriedades, a acumulação de riqueza e os leilões regulares de terra, coexistem com a instabilidade social relacionada à grilagem de terras, a acessibilidade à moradia, a condição dos “escravos das casas”, as condições de vida e de trabalho dos trabalhadores migrantes, as pressões inflacionárias e a corrupção. As fontes de instabilidade têm impactos significativamente desiguais sobre as posições socioeconômicas dos cidadãos comuns e os grupos subalternos e, por essa razão, estão desestabilizando a sociedade chinesa. A incidência de protestos, tumultos e manifestações de massa quadruplicaram entre 2000 e 2010 (Orlik, 2011). Questões de grilagem de terra e casos de resistência de alta notoriedade (ex.: revolta de Wukan), já estão bem divulgados na imprensa, na internet (ex., *Wikipedia*, *Youtube*, etc.),⁹⁴ e na literatura acadêmica (ex., van Westen 2011; Jiang 2012). A esse respeito, este artigo destaca duas questões sociais menos conhecidas relacionadas às condições na vida cotidiana chinesa: a vida dos “escravos das casas” e a condição dos trabalhadores migrantes (e crianças) nas pequenas cidades rurais.

Primeiramente, a vida dos “escravos das casas” foi refletida e popularizada na série de TV denominada *Dwelling Narrowness (Snail House)* (Casa Apertada – Casa de Caracol, em tradução Livre), em 2009 (ver Imagem 1). Esse programa foi baseado no livro de Tu Qiao, um jornalista independente e escritor. A história narra a luta de um casal para comprar um apartamento em meio ao aumento dos preços dos imóveis em uma cidade fictícia que poderia muito bem ser Shanghai. Especificamente, a história se concentra em duas irmãs que emprestaram uma grande soma de dinheiro para comprar direitos de uso em um apartamento. Para conseguir o dinheiro, uma irmã começa um romance com um membro rico e corrupto do governo. Ele, posteriormente, cai em desgraça por causa do escândalo sobre desvio do fundo de pensão para financiar projetos imobiliários (He, 2009). A história fez eco entre as pessoas comuns; e a crítica social, principalmente em relação ao impacto dos altos preços dos imóveis sobre as famílias e casais jovens, pôs em relevo a corrupção e o favoritismo no setor imobiliário, disparidade de classes e troca de favores sexuais. Apesar (ou talvez, por causa) de sua popularidade, a série foi retirada do *Beijing TV Youth Channel*, em 22 de novembro de 2009. Ela foi posteriormente criticada pelo *State Administration of Radio, Film and Television* (Administração Estatal de Rádio, Cinema e Televisão, em tradução livre) como sendo sensacionalista, pois divulgava “sexo e corrupção para lucro”. Entretanto, a sua atualidade urbana corajosa continua a atrair a atenção, tanto que ainda está disponível na internet e em DVD. Ela foi baixada e assistida na internet mais de 100 milhões de vezes (Yu, 2011) e servidores governamentais admitiram ter também assistido.

⁹⁴ Wikipedia inclui ‘Protests on Wukan’ (ver em http://en.wikipedia.org/wiki/Protests_of_Wukan) e uma pesquisa de busca usando o Google, em 13 de agosto de 2012, gerou 125 mil visitas para ‘Wukan Revolt’ no *Youtube*, na mídia internacional e em blogs.



Imagem 1 - Série Popular China “Dwelling Narrowness (Snail House)” 2009

Como a maioria dos produtos culturais, essa série foi interpretada de várias maneiras. Um ponto de vista difundido é o de que ela é uma peça de crítica social que retratou nitidamente a dolorosa vida cotidiana dos estudantes universitários de baixa renda, “*patetas do mercado imobiliário*” e “*escravos das casas*” (Hung, 2011: 165). Ela retratou, por exemplo, uma vida dominada pelos números – a alegria do dia do pagamento, a dor da poupança para adquirir uma casa e a angústia diária para poder pagar todas as contas. Deu a impressão de que todos esses trabalhadores não tinham sua própria casa, mas suas casas é que os tinham e ditavam suas vidas no trabalho e nas suas relações familiares, como se todos fossem seus escravos. A série serviu como matéria para incontáveis colunas em jornais, *blogs*, debates e também como um mote para ação.

Uma segunda – porém relacionada – questão, é a condição dos trabalhadores migrantes nas pequenas cidades rurais localizadas na periferia das cidades. Esses trabalhadores compõem uma parte significativa do exército de reserva de mão de obra que sustenta a economia de exportação chinesa e, portanto, as altas taxas de crescimento econômico do país. Mesmo não tendo condições de se tornarem “*escravos das casas*”, eles correm o risco de serem deslocados pela mesma dinâmica do *boom* imobiliário. Isso acelera a liberação de terra nas cidades rurais para os projetos imobiliários, desloca os trabalhadores e aumenta os aluguéis para suas acomodações. Esses efeitos são tão galopantes que provocaram uma crescente instabilidade social relacionada à apropriação de terra, subcompensação na penhora da terra / propriedade, inflação, corrupção, etc. Além das revoltas dos camponeses em torno da questão da terra, a resistência também está expressada na internet. Um exemplo pouco comum e inovador da resistência cotidiana, surgiu em outubro de 2010. Um *blogger* chamado *Blood Map* usou o *Google Map* para mapear os lugares onde havia conflitos de terras, uso de violência contra os moradores e resistência das pessoas à grilagem de terra e demolições de propriedades na China⁹⁵.

A apropriação e liberação de terras também afeta os trabalhadores migrantes, especialmente suas filhas. As famílias migrantes não têm *hukou* nas áreas urbanas e algumas crianças vão para escolas mais baratas criadas em favelas nessas cidades rurais. Tais escolas oferecem uma instrução de baixo custo com o apoio de ONGs e movimentos comunitários. Só em Pequim, as escolas dos migrantes diminuíram de 320, em 2008, para 180 no meio de 2012 (Meng, 2012). Elas foram categorizadas pelas autoridades locais como sendo “*inseguras*” ou “*ilegais*” (e, portanto, inelegíveis para indenização por fechamento). Quanto às crianças deslocadas, um levantamento do *Beijing News* (2012) mostrou que 53 por cento se transferiram para outras escolas de crianças migrantes; 33 por cento retornaram para suas vilas de origem (algumas por causa da escolarização); 13,6 por cento se registraram novamente em escolas geridas pelo governo; e 0,4 por cento tinham pais que ainda não

⁹⁵ Para mais detalhes sobre ‘Blood Map’, ver ‘Elusive “blood map” founder speaks out: <http://observers.france24.com/content/20101119-china-evictions-violence-blood-map-google-founder-speaks-out> (acesso em 14 de março de 2011).

havam decidido o que fazer. As crianças que fizeram um novo registro nas escolas geridas pelo governo, frequentemente enfrentaram discriminação dos moradores permanentes, que não querem que seus filhos tenham colegas de sala cujos pais “vendem peixe ou verduras”. As crianças que foram enviadas de volta para suas vilas de origem se configuraram “crianças deixadas para trás”, que tiveram de enfrentar questões sociais relacionadas ao fato de terem que viver com parentes idosos, ou nos dormitórios das escolas. Esses assuntos levantam mais questões gerais sobre os direitos dos trabalhadores migrantes e um sistema *hukou* que cria cidadãos de segunda classe em áreas urbanas.

Em resposta a estas tensões socioeconômicas e políticas, tem sido feitas solicitações para estabilizar o crescimento e fortalecer a “gestão social” como forma de se construir uma sociedade harmoniosa/feliz na China. O serviço social é identificado como uma tecnologia apropriada de governança social. Ao focar sobre os níveis locais e pessoais, a gestão da sociedade visa guiar e dar forma a mecanismos sociais que ajudem o governo a resolver as tensões, conflitos e deslocamentos causados pela mercantilização. Esta gestão inclui parceria com ONGs, comunidade de bairro para oferecer uma série de atividades e serviços do governo local, que englobam petições urgentes, opinião da direção e desenvolvimento da comunidade. Essa ênfase sobre o desenvolvimento pessoal e comunitário é complementado por aspectos mais disciplinares, que incluem modernização de leis mais convencionais e ordenamento de conduções de agitações, controle de crime, policiamento estratégico e censura à internet.

Conclusão

A minha contribuição focou principalmente a experiência da China, mas ela está relacionada à narrativa dos BRICs em duas maneiras. A primeira e mais óbvia, a China é um dos quatro países que compõem a sigla e figura de modo significativo nos sucessivos enredos secundários da história dos BRICs. De fato, a China é vista como o “grande BRIC”, por causa de seu amplo território, sua orientação voltada para a exportação e seus altos níveis de crescimento. A segunda, além de assinalar como estes esforços são percebidos e narrados de forma um tanto acrítica pelos observadores de fora, ofereci uma perspectiva mais crítica em relação a esses “esforços” e ao significado político e ideológico do PIBismo na própria narrativa da China. Em seguida, mostrei como o Regime Ricardiano Pró-Trabalho, que dá o suporte ao modelo de crescimento orientado para a exportação (embora esteja agora adquirindo alguns elementos schumpeterianos), tem um lado sombrio, que é frequentemente ignorado por aqueles que estão fascinados e entusiasmados com o discurso dos BRICs. De forma específica, observo como a política social apoia o modo de crescimento de baixo custo e orientado para a exportação e, nos últimos anos, está ligada à expansão de um modelo mais privatizado de bem-estar pró-competição e baseado em aquisição de ativos. Meu último comentário toma a forma de perguntas para meus leitores brasileiros. Os desenvolvimentos na China que eu descrevi ressoam em outro membro dos BRICS, ou seja, no Brasil? O PIBismo, o bem-estar em Troca de Trabalho Ricardiano, o Bem-Estar Pró-Concorrência, o Bem-Estar Ricardiano baseado em Ativos, as bolhas imobiliárias, a inflação e a corrupção têm qualquer relevância para o Brasil? Se alguns ou todos destes fenômenos existem no Brasil, como eles estão relacionados? Quais os papéis desempenhados pela gestão social e serviço social nestas conjunturas? O serviço social desempenha um papel tradicionalmente acordado para servir como um canal para as políticas de bem-estar e apoio social – ou ele é uma tecnologia do governo que está sendo cooptada pelo sistema de controle ou, novamente, um local de construção de resistência e solidariedade?

Submetido em 16 de abril de 2013 e aceito para publicação em 20 de setembro de 2013

Referências

- Beijing News (2012). Closing down of migrant children schools: 30 percent children returned to home villages (in Chinese). Retrieved from:
<http://news.163.com/12/0827/02/89SNTI4N00014AED.html>
- Duckett, J. and Carrillo, B. (eds) (2011) *China's Changing Welfare Mix*, London: Routledge.
- He, H-F. (2009). Rumours swirl as top TV series blacked out. *South China Morning Post*, 26 November. Retrieved from:
<http://www.scmp.com/portal/site/SCMP/menuitem.2af62ecb329d3d7733492d9253a0a0a0/?vgnextoid=1e7f639a40c25210VgnVCM100000360a0a0aRCRD&ss=China&s=News>
- Hung, R. (2011). The state and the market: Chinese TV serials on the case of *Woju* (Dwelling Narrowness). *Boundary 2*, 38, 157-87.
- Jessop, B and Sum, N-L. (2006) *Beyond the Regulation Approach*, Cheltenham: Edward Elgar.
- Meng, L. (2012). Parents' worry as migrant school faces shut down. Retrieved from:
<http://www.globaltimes.cn/content/717811.shtml>
- Orlik, T. (2011). Unrest grows as economy booms. Retrieved from:
<http://online.wsj.com/article/SB10001424053111903703604576587070600504108.html>
- Sum, N-L. (2011). Financial crisis, land-induced financialization and the subalterns in China. In C. Scherrer (Ed.) *China's Labour Question*. Berlin: Springer-Verlag (pp.199-208).
- Tett, G. (2010). 'The story of the Brics. Retrieved from <http://www.ft.com/cms/s/2/112ca932-00ab-11df-ae8d-00144feabdc0.html>
- Wong, L. and Flynn, N. (eds) (2001) *Market in Chinese Social Policy*, New York: Palgrave.
- Yu, H. (2011). Dwelling narrowness: Chinese media and its disingenuous neoliberal logic. *Continuum: Media and Cultural Studies*, 25(1), 33-46.